

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE - FAZPREV

Concurso Público - Edital 001/2015 - DATA DA PROVA: 10/05/2015

PERÍODO DE PROVA: MANHÃ



FAUEL

Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina

CARGO: ADVOGADO

LEIA ESTAS INSTRUÇÕES:

- 1 Identifique-se na parte inferior desta capa;
- 2 Você dispõe de quatro horas para responder todas as questões e preencher o Cartão Resposta;
- 3 Utilize caneta esferográfica azul ou preta;
- 4 O candidato só poderá se retirar da sala, após 1 (uma) hora do início das provas;
- 5 Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas uma opção de resposta correta;
- 6 Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas que possam dificultar a leitura. Detectado algum problema, comunique imediatamente ao fiscal;
- 7 Utilize o Caderno de Prova como rascunho se necessário, mas deverá assinalar o Cartão Resposta que acompanha a prova;
- 8 Não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura;
- 9 Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta;
- 10 Este caderno de prova contém, 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d);
- 11 Antes de retirar-se definitivamente da sala, devolva ao fiscal o Caderno de Prova e o Cartão Resposta;
- 12 O candidato só poderá levar consigo o caderno de prova no transcorrer dos últimos 60 (sessenta) minutos, o candidato que sair antes desse tempo deverá devolver ao fiscal de sala o caderno de prova juntamente com o cartão resposta;
- 13 Assine o Cartão Resposta no local indicado.

Identificação do candidato	
Nome (em letra de forma)	Nº da inscrição

Boa Prova!

O ANJO DA NOITE

1º Às dez e meia, o guarda-noturno entra de serviço. Late o cãozinho do portão no primeiro plano; ladra o cão maior do quintal, no segundo plano: de plano em plano, até a floresta, grandes e pequenos cães rosnam, ganem, uivam, na densa escuridão da noite, todos sobressaltados pelo trilar do apito do guarda-noturno. Pelo mesmo motivo, faz-se um hiato no jardim, entre os insetos que ciciavam e sussurravam nas frondes: que novo bicho é esse, que começa a cantar com uma voz que eles julgam conhecer, que se parece com a sua, mas que se eleva com uma força gigantesca?

2º Passo a passo, o guarda-noturno vai subindo a rua. Já não apita: vai caminhando descansadamente, como quem passeia, como quem pensa, como um poeta numa alameda silenciosa, sob árvores em flor. Assim vai andando o guarda-noturno. Se a noite é bem sossegada pode-se ouvir sua mão sacudir a caixa de fósforos, e até adivinhar, com bom ouvido, quantos fósforos estão lá dentro. Os cães emudecem. Os insetos recomeçam a ciciar.

3º O guarda-noturno olha para as casas, para os edifícios, para os muros e grades, para as janelas e os portões. Uma pequena luz, lá em cima: há várias noites, aquela vaga claridade na janela: é uma pessoa doente? O guarda-noturno caminha com _____, para não assustar, para não acordar ninguém. Lã vão seus passos vagarosos, cadenciados, cosendo a sua sombra com a pedra da calçada.

4º Vagos rumores de bondes, de ônibus, os últimos veículos, já sonolentos, que vão e voltam quase vazios. O guarda-noturno, que passa rente às casas, pode ouvir ainda a música de algum rádio, o choro de alguma criança, um resto de conversa, alguma risada. Mas vai andando. A noite é serena, a rua está em paz, o luar põe uma névoa azulada nos jardins, nos terraços, nas fachadas: o guarda-noturno pára e contempla.

5º A noite, o mundo é bonito, como se não houvesse desacordos, aflições, ameaças. Mesmo os doentes parece que são mais felizes: esperam dormir um pouco a suavidade da sombra e do silêncio. Há muitos sonhos em cada casa. É bom ter uma casa, dormir, sonhar. O gato retardatário que volta apressado, com certo ar de culpa, num pulo _____ galga o muro e desaparece: ele também tem o seu cantinho para descansar. O mundo podia ser tranquilo. As criaturas podiam ser amáveis. No entanto, ele mesmo, o guarda-noturno, traz um bom revólver no bolso, para defender uma rua...

6º E se um pequeno rumor chega ao seu ouvido e um vulto parece apontar na esquina, o guarda-noturno torna a trilar longamente, como quem vai soprando um longo colar de contas de vidro. E recomeça a andar, passo a passo, firme e _____, dissipando ladrões e fantasmas. É a hora muito profunda em que os insetos do jardim estão completamente extasiados, ao perfume da gardênia e à brancura da lua. E as pessoas adormecidas sentem, dentro de seus sonhos, que o guarda-noturno está tomando conta da noite, a vagar pelas ruas, anjo sem asas, porém armado.

Cecília Meireles

01 - Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do texto:

- | | |
|------------------------------------|------------------------------------|
| a) delicadeza – exato – cauteloso. | c) delicadesa – esato – calteloso. |
| b) delicadeza – ezato – cautelozo. | d) delicadesa – exato – caltelozo. |

02 - Assinale a alternativa em que a palavra é acentuada pela mesma razão que “rádio”:

- | | |
|--------------|--------------|
| a) veículos. | c) gardênia. |
| b) revólver. | d) árvores. |

03 - Assinale a alternativa em que o plural se faz da mesma forma que “guarda-noturno”:

- | | |
|-----------------------|-------------------|
| a) beija-flor. | c) reco-reco. |
| b) primeiro-ministro. | d) pisa-mansinho. |

04 - Assinale a alternativa em que o substantivo retirado do texto, quanto ao gênero, é uniforme comum de dois gêneros:

- | | |
|-------------|-------------|
| a) cães. | c) ladrão. |
| b) criança. | d) doentes. |

05 - “No entanto, ele mesmo, o guarda-noturno, traz um bom revólver no bolso, ...” (5º parágrafo) o elemento coesivo acima sublinhado poderia ser substituído sem prejuízo algum para a frase, por qualquer um dos listados abaixo, exceto:

- a) mas.
- b) embora.
- c) todavia.
- d) porém.

06 - A palavra da que não tem o mesmo sentido da palavra do texto é:

- a) cadenciados (3º parágrafo) - pausados.
- b) cosendo (3º parágrafo) - unindo.
- c) dissipando (6º parágrafo) - destruindo.
- d) extasiados (6º parágrafo) - encantados.

07 - Analise as afirmativas referentes ao texto:

I - A autora compara o trilar do apito do guarda-noturno com os tinidos de contas de vidro chocando-se.

II - O trilar do apito do guarda-noturno provoca reações diferentes nos animais.

III - O leitor pode depreender a ideia de que o anjo sem asas protege as pessoas, que podem dormir tranquilamente.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas II e III.
- c) Apenas I e III.
- d) I, II e III.

08 - O texto apresenta fato e inferência. Enumere 1 para o que é fato e 2 para inferência:

() “uma pequena luz, lá em cima”. (3º parágrafo).

() “uma pessoa doente” (3º parágrafo).

() “nas fachadas: o guarda-noturno para e contempla” (4º parágrafo).

() “os doentes parece que são mais felizes” (5º parágrafo).

Assinale corretamente a sequência numérica de cima para baixo:

- a) 1 – 2 – 1 – 2.
- b) 1 – 2 – 2 – 2.
- c) 1 – 2 – 2 – 1.
- d) 2 – 2 – 1 – 1.

09 - Em uma sala de aula com 60 alunos, sabe-se que 24 usam bermuda, 33 usam bermuda ou boné, e 48 não usam boné. A quantidade de alunos dessa sala de aula que usam bermudas e boné equivale a:

- a) 3%.
- b) 5%.
- c) 8%.
- d) 10%.

10 - Um quadrado possui área de 1600 cm^2 . A medida do lado desse quadrado é igual a:

- a) 0,04 dm.
- b) 0,4 dm.
- c) 4 dm.
- d) 40 dm.

11 - Gilmar aplicou determinado capital á taxa de juros simples de 18% a.a., por um período de 21 meses. Ao final desse prazo, retirou um montante de R\$ 1.630,60. O capital aplicado por Gilmar foi de:

- a) R\$ 1.420,00.
- b) R\$ 1.380,00.
- c) R\$ 1.290,00.
- d) R\$ 1.240,00.

12 - A rotação completa de um triângulo retângulo de hipotenusa medindo 13 cm e um dos catetos medindo 12 cm, em torno do maior dos seus catetos, gera um sólido geométrico cujo volume mede:

- a) $100\pi \text{ cm}^3$.
- b) $240\pi \text{ cm}^3$.
- c) $300\pi \text{ cm}^3$.
- d) $720\pi \text{ cm}^3$.

13 - Damião comprou dois sorvetes e três doces por R\$ 4,75. Sabe-se que cada doce custou o equivalente a $\frac{3}{5}$ do valor de cada sorvete. Se Damião tivesse comprado 3 sorvetes e 5 doces, teria pago:

- a) R\$ 6,75.
- b) R\$ 7,50.
- c) R\$ 8,25.
- d) R\$ 8,50.

14 - Numa linha de produção, 9 máquinas produzem 32,4 mil unidades de parafusos diariamente, operando 12 horas por dia. Se fossem 15 máquinas, operando 9 horas por dia, a quantidade de parafusos produzidos diariamente nessa linha de produção seria igual a:

- a) 14,58 mil unidades.
- b) 25,95 mil unidades.
- c) 40,5 mil unidades.
- d) 72 mil unidades.

15 - Cargo que Michel Temer ocupa atualmente:

- a) Deputado Federal.
- b) Ministro da Defesa.
- c) Senador.
- d) Vice-Presidente.

16 - De acordo com dados divulgados pelo Ministério da Saúde, em termos proporcionais, nove Estados concentram a maioria dos casos de dengue em nosso país atualmente. Em dois Estados os números indicaram diminuição dos casos da doença, assinale-os:

- a) Acre e Paraná.
- b) Amazonas e Espírito Santo.
- c) Goiás e Mato Grosso do Sul.
- d) São Paulo e Tocantins.

17 - O Acordo Ortográfico já entrou em vigor?

- a) Não, entrará em vigor em 2.016.
- b) Não, entrará em vigor em 2.019.
- c) Sim, como previsto em 2.009.
- d) Sim, como previsto em 2.013.

18 - Os números mais atuais de dados publicados pelo IBGE sobre a produção agrícola indicam que o produto mais colhido (em toneladas) em Fazenda Rio Grande é:

- a) Cebola.
- b) Feijão.
- c) Milho.
- d) Soja.

19 - Presidente que deixou de tomar posse em virtude da Revolução de 1.930:

- a) Bueno de Paiva.
- b) Estácio Coimbra.
- c) Fernando de Melo Viana.
- d) Júlio Prestes.

20 - Quantos ex-Presidentes da República ainda ocupam cargos eletivos?

- a) 1 (um).
- b) 2 (dois).
- c) 3 (três).
- d) 4 (quatro).

21 - De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sobre as decisões em Processos de Tomada ou Prestação de Contas, é INCORRETO afirmar que:

- a) A decisão em processo de tomada ou prestação de contas pode ser preliminar, definitiva ou terminativa. Preliminar é a decisão pela qual o Tribunal de Contas emite parecer prévio, julga regulares, regulares com ressalva ou irregulares as contas.
- b) As contas serão julgadas regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário ou à execução do programa, ato ou gestão.
- c) O Tribunal poderá julgar irregulares as contas no caso de reincidência no descumprimento de determinação de que o responsável tenha tido ciência, feita em processo de tomada ou prestação de contas.
- d) O Tribunal de Contas ordenará o trancamento das contas que forem consideradas ilíquidáveis, declarando os efeitos decorrentes e o conseqüente arquivamento do processo.

22 - Sobre a prescrição e a decadência no Direito Civil, é INCORRETO afirmar que:

- a) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
- b) Não corre a prescrição pendendo condição suspensiva.
- c) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível.
- d) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.

23 - Os tipos e formas de controle da atividade administrativa variam segundo o Poder, órgão ou autoridade que o exercita ou o fundamento, o modo e o momento de sua efetivação. A modalidade de controle que visa à comprovação da eficiência, do resultado, da conveniência ou oportunidade do ato controlado, denomina-se:

- a) Controle prévio ou preventivo.
- b) Controle de mérito.
- c) Controle hierárquico.
- d) Controle subsequente ou corretivo.

24 - São segurados obrigatórios da previdência social, como empregado, as seguintes pessoas físicas, EXCETO:

- a) O brasileiro civil que trabalha para a União no exterior, em organismos oficiais internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se amparado por regime próprio de previdência social.
- b) O servidor da União, Estado, Distrito Federal ou Município, incluídas suas autarquias e fundações, ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- c) O servidor da União, Estado, Distrito Federal ou Município, excluídas suas autarquias e fundações, ocupante de emprego público.
- d) O exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.

25 - O empregado celetista poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário, nas seguintes situações, EXCETO:

- a) até 7 (sete) dias consecutivos, em virtude de casamento.
- b) pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo.
- c) por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.
- d) até 2 (dois) dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva.

26 - Sobre a resposta do réu no processo civil, é INCORRETO afirmar que:

- a) A contestação, a reconvenção e a exceção serão oferecidas simultaneamente, em peças autônomas.
- b) A desistência da ação, ou a existência de qualquer causa que a extinga, não obsta ao prosseguimento da reconvenção.
- c) É lícito a qualquer das partes arguir, por meio de exceção, a incompetência, o impedimento ou a suspeição. Este direito pode ser exercido em qualquer tempo, ou grau de jurisdição, cabendo à parte oferecer exceção, no prazo de quinze (15) dias, contado do fato que ocasionou a incompetência, o impedimento ou a suspeição.
- d) O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.

27 - Sobre a duração do trabalho, é CORRETO afirmar que:

- a) A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 12 (doze) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.
- b) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais.
- c) Entre 2 (duas) jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 12 (doze) horas consecutivas para descanso.
- d) A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de 2 (duas), mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho.

28 - Sobre a contratação de consórcios públicos, é INCORRETO afirmar que:

- a) O consórcio público com personalidade jurídica de direito privado integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
- b) Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.
- c) A execução das receitas e despesas do consórcio público deverá obedecer às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.
- d) A União poderá celebrar convênios com os consórcios públicos, com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de políticas públicas em escalas adequadas.

29 - Analise as afirmativas abaixo sobre os Direitos e Garantias Fundamentais:

I - São gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

II - O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos seis meses, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

III - Conceder-se-á mandado de injunção para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

O número de afirmativas CORRETAS corresponde a:

- a) Zero.
- b) Uma.
- c) Duas.
- d) Três.

30 - Sobre as finanças públicas, é INCORRETO afirmar que:

- a) É vedado ao banco central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.
- b) As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.
- c) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
- d) São permitidas a concessão ou utilização de créditos ilimitados.

31 - Sobre a Ordem Econômica e financeira, é INCORRETO afirmar que:

- a) O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.
- b) O aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida dependerá de autorização ou concessão.
- c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- d) Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

32 - Sobre os prazos no processo civil, analise as afirmativas abaixo como sendo Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

() A superveniência de férias suspenderá o curso do prazo; o que lhe sobejar recomeçará a correr do primeiro dia útil seguinte ao termo das férias.

() Podem as partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios.

() Não havendo preceito legal nem assinatura pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA de cima para baixo:

- a) F, V, V.
- b) V, F, V.
- c) F, V, F.
- d) V, F, F.

33 - Sobre as férias, é INCORRETO afirmar que:

- a) Não terá direito a férias o empregado que, permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de 30 (trinta) dias.
- b) É vedado descontar, do período de férias, as faltas do empregado ao serviço.
- c) A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregado.
- d) O empregado contratado sob o regime de tempo parcial que tiver mais de sete faltas injustificadas ao longo do período aquisitivo terá o seu período de férias reduzido à metade.

34 - Sobre os bens públicos, é INCORRETO afirmar que:

- a) Os bens públicos podem ser federais, estaduais ou municipais, conforme a entidade política a que pertençam ou o serviço autárquico, fundacional ou paraestatal a que se vinculem.
- b) Todos os bens vinculados ao Poder público por relações de domínio ou de serviço ficam sujeitos à sua administração.
- c) Os mares, praias, rios, estradas, ruas e praças são classificados como bens de uso especial ou do patrimônio administrativo.
- d) Bens dominiais ou do patrimônio disponível são aqueles que, embora integrando o domínio público como os demais, deles diferem pela possibilidade sempre presente de serem utilizados em qualquer fim ou, mesmo, alienados pela Administração, se assim o desejar.

35 - Sobre o Processo Administrativo Previdenciário (PAP), é INCORRETO afirmar que:

- a) O ente federativo interessado poderá apresentar impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da Notificação de Auditoria Fiscal – NAF.
- b) A Decisão-Notificação (DN) é o ato pelo qual a autoridade competente decide sobre a impugnação. Desta decisão, caberá recurso voluntário no prazo de 30 (trinta) dias, contados de sua ciência.
- c) Os prazos serão contínuos e começam a correr a partir da data da intimação válida, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.
- d) As intimações serão efetuadas por ciência no PAP, via postal com Aviso de Recebimento - AR, correio eletrônico ou outro meio que assegure a certeza da ciência do ente federativo interessado.

36 - A Administração Pública realiza sua função executiva por meio de atos jurídicos que recebem a denominação especial de atos administrativos. Sobre o assunto, é INCORRETO afirmar que:

- a) Nenhum ato, discricionário ou vinculado, pode ser realizado validamente sem que o agente disponha de poder legal para praticá-lo.
- b) O motivo, como elemento integrante da perfeição do ato administrativo, deve sempre vir expresso em lei.
- c) A finalidade do ato administrativo é aquela que a lei indica explicita ou implicitamente.
- d) A Administração Pública pode praticar atos ou celebrar contratos em regime de Direito Privado, no desempenho normal de suas atividades.

37 - Sobre as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços, é INCORRETO afirmar que:

- a) Qualquer cidadão poderá requerer à Administração Pública os quantitativos das obras e preços unitários de determinada obra executada.
- b) A execução das obras e dos serviços deve programar-se, sempre, em sua totalidade, previstos seus custos atual e final e considerados os prazos de sua execução.
- c) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- d) Será computado como valor da obra ou serviço, para fins de julgamento das propostas de preços, a atualização monetária das obrigações de pagamento, desde a data final de cada período de aferição até a do respectivo pagamento, que será calculada pelos mesmos critérios estabelecidos obrigatoriamente no ato convocatório.

38 - O servidor público titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mantém o vínculo ao regime previdenciário adotado pelo ente do qual é servidor nas seguintes situações, EXCETO:

- a) Quando cedido, com ou sem ônus para o cessionário, a órgão ou entidade da administração direta ou indireta de quaisquer dos entes federativos.
- b) Quando licenciado.
- c) Durante o afastamento do cargo efetivo para o exercício de mandato eletivo em quaisquer dos entes federativos.
- d) Durante o afastamento do país por cessão ou licenciamento sem remuneração.

39 - Sobre as obrigações alternativas, é INCORRETO afirmar que:

- a) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
- b) Quando a obrigação for de prestações periódicas, a faculdade de opção poderá ser exercida em cada período.
- c) Se o título deferir a opção a terceiro, e este não quiser, ou não puder exercê-la, caberá ao juiz a escolha se não houver acordo entre as partes.
- d) Se todas as prestações se tornarem impossíveis sem culpa do devedor, extinguir-se-á a obrigação.

40 - Sobre os Contratos no Direito Civil, é INCORRETO afirmar que:

- a) Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente.
- b) A oferta ao público equivale a proposta quando encerra os requisitos essenciais ao contrato, salvo se o contrário resultar das circunstâncias ou dos usos.

- c) O que estipula em favor de terceiro não pode exigir o cumprimento da obrigação.
- d) Aquele que tiver prometido fato de terceiro responderá por perdas e danos, quando este o não executar.

41 - De acordo com a Constituição Federal, sobre os Municípios, analise as afirmativas abaixo como sendo Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- () A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
- () As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
- () É obrigatória a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
- Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA de cima para baixo:**
- a) V, F, V.
c) V, V, F.
b) F, V, F.
d) F, F, V.

42 - Sobre a Obrigação Tributária, é INCORRETO afirmar que:

- a) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- b) A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
- c) Sujeito ativo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
- d) São solidariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal e as pessoas expressamente designadas por lei.

43 - De acordo com o Código Civil Brasileiro, a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular prescreve em:

- a) Dois anos.
b) Quatro anos.
- c) Cinco anos.
d) Dez anos.

44 - Sobre a formação, suspensão e extinção do processo, é INCORRETO afirmar que:

- a) Feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei.
- b) A suspensão do processo por convenção das partes, nunca poderá exceder 1 (um) ano; findo o prazo, o escrivão fará os autos conclusos ao juiz, que ordenará o prosseguimento do processo.
- c) Extingue-se o processo, sem resolução de mérito quando se verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.
- d) Haverá resolução de mérito quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.

45 - De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não serão consideradas como salário as seguintes utilidades concedidas pelo empregador, EXCETO:

- a) Previdência privada.
b) Transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público.
c) Alimentação.
d) Seguros de vida e de acidentes pessoais.

46 - Sobre a petição inicial, é INCORRETO afirmar que:

- a) Estando em termos a petição inicial, o juiz a despachará, ordenando a citação do réu, para responder; do mandado constará que, não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor.
- b) É permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.
- c) Considera-se inepta a petição inicial quando contiver pedidos incompatíveis entre si.
- d) Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, reformar sua decisão.

47 - Sobre os requisitos e efeitos da sentença no processo civil, é INCORRETO afirmar que:

- a) É facultado ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.
- b) Na ação que tenha por objeto a entrega de coisa, o juiz, ao conceder a tutela específica, fixará o prazo para o cumprimento da obrigação.
- c) Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.
- d) Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la: para lhe corrigir, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais, ou lhe retificar erros de cálculo; ou, por meio de embargos de declaração.

48 - Sobre Competência Tributária, é INCORRETO afirmar que:

- a) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda.
- b) Constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.
- c) O não-exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.
- d) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar imposto sobre papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros.

49 - Sobre os impostos, é INCORRETO afirmar que:

- a) Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação dependente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- b) O contribuinte do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.
- c) O imposto sobre produtos industrializados é seletivo em função da essencialidade dos produtos.
- d) A base de cálculo do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza é o montante, real, arbitrado ou presumido, da renda ou dos proventos tributáveis.

50 - Sobre o Mútuo, é INCORRETO afirmar que:

- a) O mútuo é o empréstimo de coisas fungíveis. O mutuário é obrigado a restituir ao mutuante o que dele recebeu em coisa do mesmo gênero, qualidade e quantidade.
- b) O mútuo feito a pessoa menor, sem prévia autorização daquele sob cuja guarda estiver, não pode ser reavido nem do mutuário, nem de seus fiadores.
- c) O mutuante pode exigir garantia da restituição, se antes do vencimento o mutuário sofrer notória mudança em sua situação econômica.
- d) Não se tendo convencionado expressamente, o prazo do mútuo será de sessenta dias, pelo menos, se for de dinheiro.

DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA

PREENCHA AS SUAS RESPOSTAS NO QUADRO ABAIXO E DESTAQUE NO LOCAL INDICADO.

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50										